

Razão e preconceito

A DEFESA DA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES E A MELHORA DAS CONTAS EXTERNAS

*Rogério L. Furquim Werneck**

Em meio à superficialidade de idéias e programas que vem marcando a campanha eleitoral, chama a atenção a unanimidade dos principais candidatos à presidente quanto à importância da adoção de uma política industrial que estimule a substituição de importações. Na verdade, é um tanto estranho que o defensor mais ardoroso desse tipo de proposta seja o candidato que supostamente deveria representar a continuação do notável esforço de modernização da condução da política econômica ocorrido nos últimos dez anos no País. Mas o que é especialmente lamentável é que a idéia da política de substituição de importações volte a ser brandida com tanta convicção exatamente quando a evolução das contas externas vai tornando sua defesa cada vez mais difícil.

Era inevitável que, na campanha eleitoral, a persistência do desequilíbrio das contas externas acabasse dando lugar a propostas despropositadas de solução para o problema. Em 1999, passado o susto da turbulenta experiência de desvalorização cambial do início do ano, não faltou quem festejasse a iminência de substancial melhora do saldo comercial. Mas o entusiasmo inicial com o novo regime cambial logo deu lugar a crescente ceticismo quanto aos efeitos que a depreciação do câmbio poderia vir a ter sobre as contas externas. A simples eliminação do déficit comercial, que havia chegado a US\$ 6,5 bilhões em 1998, foi percebido como um ajuste decepcionante, muito mais limitado do que se imaginava possível. Logo disseminou-se a convicção de que tanto exportações como importações eram basicamente insensíveis a preços. E foi nesse clima que voltaram a ganhar força propostas de medidas mais intervencionistas de substituição de importações, que agora afloram com alarde na campanha eleitoral.

Já houve quem, com certo pessimismo, comparasse a gestão da política econômica ao desafio de se dirigir um carro olhando apenas para o retrovisor. O que de fato se consegue observar não é o que há pela frente, mas o que já passou. E é com base no que vem sendo a estrada que vai surgindo no retrovisor que se deve formar uma idéia do que deverá ser a estrada mais adiante. Visto dessa forma, o desafio parece um tanto assustador, mas a comparação é elucidativa. Ressalta o fato de que a boa gestão da política econômica requer disposição para permanente reavaliação de diagnósticos, à luz das novas evidências que se vão acumulando. Convicções arraigadas sobre diagnósticos, idéias preconcebidas e insensibilidade a evidências podem acabar tendo conseqüências desastrosas.

No início desta semana, em entrevista ao jornal *O Globo*, o candidato José Serra foi instado a explicar porque afinal insiste em defender, ao arremedo de tantos contra-

argumentos, uma política de substituição de importações. Argüiu que a solução de mercado para o desequilíbrio das contas externas exigiria uma taxa de câmbio de R\$ 4 por dólar.

Na verdade, não é bem isto que se pode depreender da análise do desempenho recente das contas externas. Uma taxa de câmbio de R\$ 3 parece estar sendo mais do que suficiente para viabilizar a tão aguardada solução de mercado. O ajuste do saldo comercial, que já vinha ocorrendo desde 1999, tornou-se bem mais vigoroso, na esteira da forte depreciação adicional do câmbio observada desde o início do ano passado. Se o superávit comercial de 2002 chegar mesmo a US\$ 8 bilhões, como já aventam vários analistas, o ajuste acumulado no saldo comercial desde a mudança do regime cambial terá sido de quase US\$ 15 bilhões. Suficiente para, no mesmo período, ajudar a reduzir à metade o déficit em transações correntes. É difícil desqualificar a melhora das contas comerciais simplesmente com base no argumento de que a economia vem crescendo pouco. O ajuste parece ter ultrapassado em muito o que poderia ser explicado pela evolução do nível de atividade. É bom também ter em mente que a melhora das contas comerciais vem se dando em um momento em que o País enfrenta condições externas especialmente adversas, tendo em vista as dificuldades por que vêm passando os parceiros do Mercosul, as incertezas da economia mundial e a perda substancial de linhas de financiamento de exportações. E apreensões com os tremores que poderão advir de uma nova conflagração militar no Oriente Médio não devem servir para obscurecer a percepção correta da real extensão da melhora que vem tendo lugar nas contas externas da economia brasileira nos últimos meses.

A esta altura, contudo, parece improvável que convicções arraigadas e idéias preconcebidas, sobre a necessidade de mais “ativismo governamental” na determinação do nível e da composição das importações, venham a ser abaladas por simples evidências de que os efeitos da depreciação cambial sobre o déficit em conta corrente vêm afinal se manifestando com vigor. Por mais gritantes que possam ser tais evidências. É difícil que mesmo uma grande melhora adicional das contas externas nos próximos meses ainda seja capaz de sustar a remontagem do circo de horrores da política de substituição de importações, a partir do início do próximo ano, qualquer que seja o desfecho da eleição presidencial. O que de fato encerra a caixa-de-pandora de cada candidato nessa matéria ainda não é totalmente claro. Mas o mais provável é que logo voltem os guichês de favores, o crédito subsidiado, a escolha de vencedores, os índices de nacionalização, a proteção exagerada, o injustificável encarecimento dos bens de capital e a indução ao uso de insumos que comprometem a competitividade das exportações. Puxar a ponta do barbante da política de substituição de importações é um retrocesso que só vai tornar ainda mais apertado o nó da restrição ao crescimento. Perde o País. Mas os possíveis beneficiários já não escondem seu entusiasmo.

* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.